

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	16
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	17

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	37
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	38
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	39
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	51

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

#### (a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos (“Política de Gerenciamento de Riscos”), a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2020 e estabelece os princípios e parâmetros a serem observados no gerenciamento de riscos da Companhia, com objetivo de monitorar e minimizar os riscos inerentes às suas atividades. A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada no *website* da Companhia ([ri.meliuz.com.br](http://ri.meliuz.com.br)).

#### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia tem por objetivo buscar a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

##### (i) riscos para os quais se busca proteção

Por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, busca-se proteção para os seguintes riscos:

- **Riscos operacionais:** são riscos decorrentes de falhas, erros, deficiências e/ou inadequações de processos internos, de gestão de pessoas e de uso de tecnologia, ou, ainda, riscos oriundos de eventos externos e que podem afetar a operação dos negócios da Companhia.
- **Riscos macroeconômicos:** são riscos decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento dos clientes e consumidores, tais como taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros.
- **Riscos de compliance:** são riscos causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e dos códigos e políticas internas, e também dos códigos, políticas e regras de clientes ou de fornecedores com os quais a Companhia se relaciona, ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que podem resultar em perda financeira.
- **Riscos corporativos:** são os principais riscos de cunho estratégico, operacional, financeiro, regulatório, de mercado, de mão de obra, políticos, socioambientais, que podem impactar as atividades ou dos objetivos da Companhia.
- **Riscos estratégicos:** são os riscos oriundos da implementação de uma estratégia malsucedida ou ineficaz que deixe de alcançar os retornos pretendidos.
- **Riscos regulatórios:** são os riscos resultantes de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou nacional, que podem resultar na crescente pressão competitiva, aumentar os custos das atividades da Companhia ou até mesmo inviabilizá-la.
- **Riscos jurídicos:** São aqueles que podem surgir em decorrência de processos nos quais a Companhia é autora ou ré, por descumprimento de obrigações aplicáveis ao negócio, por contratações de terceiros sem análise jurídica, perdas financeiras decorrentes de reclamações ou de indenizações/multas por eventuais danos a terceiros decorrentes das atividades que a Companhia desenvolve;
- **Riscos tecnológicos e cibernéticos:** riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que podem impactar os negócios da Companhia, como a ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI, obsolescência tecnológica, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas, envio de arquivos

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

confidenciais, em via digital ou telefônica, acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro, dentre outros.

- **Riscos de imagem:** são riscos resultantes da ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos listados acima e neste Formulário de Referência, nas seções 4.1 e 4.2, que podem causar danos à reputação, imagem, credibilidade e/ou marca, inclusive em razão de publicidade negativa, independentemente de sua veracidade.

### (ii) instrumentos utilizados para proteção

A Companhia não adota parâmetros objetivos para tomar decisões a respeito da aceitação ou não aceitação de determinados riscos. O principal instrumento utilizado no processo de gerenciamento de riscos é a “Matriz de Riscos”, ferramenta por meio da qual se busca auxiliar os processos decisórios e a definição do apetite a risco da Companhia. O processo de gerenciamento de riscos da Companhia é composto das seguintes etapas: (1) identificação e classificação dos risco nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima; (2) análise dos riscos identificados e indicação gráfica daqueles de baixa probabilidade e baixo impacto; de baixa probabilidade e alto impacto; de alta probabilidade e baixo impacto; e, por fim de alta probabilidade e alto impacto; (3) definição e implementação das ações de resposta aos riscos; e finalmente, (4) definição dos procedimentos de monitoramento e comunicação.

As seguintes abordagens e instrumentos podem ser adotados pela Companhia durante o processo de gerenciamento de riscos:

- **Questionários de risco:** A liderança da Companhia é solicitada a preencher um questionário específico para que indique possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta. Os cenários de risco são observados e catalogados;
- **Ciclos de entrevistas:** Os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;
- **Auditorias de processos:** Os processos da Companhia são auditados e avaliados, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Neste processo, Matrizes de Riscos são criadas/atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de possíveis ameaças ou fraquezas.

Essa primeira etapa é finalizada com o desenvolvimento de um mapa de riscos, que é avaliado anualmente. O mapa pode ser atualizado devido a: (i) novos cenários (interno, político, econômico, entre outros); (ii) resultados de auditorias, entrevistas, questionários, observações e demais atividades; ou (iii) evolução da cultura de integridade e mitigação de riscos.

A partir disso, é realizada a análise do grau de cada risco. A metodologia utilizada para realização desta análise considera: impacto/consequência do potencial de perdas financeiras, degradação da imagem, penalidades legais etc. e a probabilidade/vulnerabilidade de ocorrência de risco com base em quão robustos os controles internos relacionados são. O perfil do risco é determinado ao se combinar o impacto/consequência e probabilidade/vulnerabilidade esperadas do risco. Por fim, a Companhia determina como cada cenário de risco será respondido, considerando: (i) *terminar*, ou seja, eliminar riscos, redefinir os objetivos e/ou estratégias de negócios; (ii) *diversificar*, ou seja, intensificar o nível de gestão e/ou melhorar os controles internos; (iii) *aceitar*, ou seja, não realizar nenhuma ação adicional e continuar o monitorando, especialmente quando não é possível ou prático respondê-lo; ou (iv) *passar adiante*, transferindo a responsabilidade para terceiros (por exemplo, no risco de incêndio, o custo do sinistro pode ser transferido para seguradoras).

Tais recomendações se desdobram em ações detalhadas, pilotos, testes, validações e ajustes necessários para assegurar a eficácia do tratamento e controle dos riscos aos quais a Companhia está exposta. A partir dos riscos identificados e ações recomendadas, a Companhia deverá implementar os planos de ação a fim de garantir o tratamento dos riscos. Tais atividades são realizadas e monitoradas pelos membros da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

descrita na alínea (iii) deste item 5.1, abaixo.

Além dos instrumentos descritos acima, são utilizados procedimentos de pré-avaliação cadastral de novos clientes, disseminação dos códigos, condutas e procedimentos da Companhia, treinamentos, com a finalidade de identificar e mitigar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

### (iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é composta pelo Conselho de Administração, a Diretoria da Companhia, o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna, a Área de Segurança da Informação, bem como pelas Gerências e demais colaboradores da Companhia.

#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração aprova a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões e atualizações. Estabelece ainda as diretrizes gerais das estratégias de gerenciamento de riscos e o nível de risco que a Companhia se submete na condução de seus negócios por meio da avaliação e aprovação da Matriz de Riscos apresentada pelo Comitê de Auditoria. Também tem como atribuição acompanhar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos, dando apoio, em caso de necessidade, aos demais integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos. Supervisiona as atividades do processo de gerenciamento de riscos executadas pelos demais integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; avalia a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas, entre outras áreas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos; e acompanha a evolução do gerenciamento de riscos em atenção aos níveis de riscos considerados aceitáveis para a Companhia.

O Conselho de Administração é ainda responsável por assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional e orçamento próprio, destinado a cobrir as suas despesas de funcionamento. O Conselho e Administração monitora as atividades do Comitê de Auditoria, bem como de quaisquer outros comitês de assessoramento, integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos. Por fim, define as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, caso o Comitê de Auditoria (e, eventualmente, outros comitês de assessoramento integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos) não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema relacionado ao gerenciamento de riscos da Companhia.

#### Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, dotado de autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. Assessoria o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao gerenciamento de riscos, mediante avaliação e monitoramento do cumprimento e da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos, podendo recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração. Ademais, acompanha e supervisiona as atividades da Auditoria Interna e da área de controles internos da Companhia, inclusive, opinando na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

Compete ainda ao Comitê de Auditoria avaliar e monitorar a exposição aos riscos que possam afetar a continuidade dos negócios da Companhia e supervisionar as atividades da área financeira, controladoria e contábil, avaliando as informações trimestrais e demonstrações financeiras. É também responsável por receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; e por avaliar a efetividade do modelo de gerenciamento de riscos, sugerindo soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, e recomendando ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, prioridades e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos e nos processos internos de gerenciamento de riscos da Companhia.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o detalhamento de suas funções e procedimentos operacionais.

### Diretoria

A Diretoria implementa as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e executa a Política de Gerenciamento de Riscos. Sempre que necessário, deve propor ao Conselho de Administração revisões às estratégias e diretrizes da Companhia ou à Política de Gerenciamento de Riscos. Adicionalmente, deve identificar riscos preventivamente e fazer a gestão de tais riscos, avaliando a probabilidade de materialização e adotando medidas para prevenção e/ou mitigação.

### Auditoria Interna

A Auditoria Interna teve suas funções aprovadas na reunião do Conselho de Administração datada de 05 de outubro de 2020 e é responsável por auditar o processo de gerenciamento de riscos da Companhia; monitorar o ambiente de controles internos e a efetividade do gerenciamento de riscos executado pelo Comitê de Auditoria, Diretoria e Conselho de Administração; e apresentar ao Comitê de Auditoria, periodicamente, pareceres imparciais, independentes e tempestivos contendo as suas conclusões e recomendações. Para tanto, executa os testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria; verifica a implementação dos planos de ação e sua eficácia; identifica a necessidade de priorizar determinadas ações, bem como de ampliar testes e/ou monitoramento contínuo, em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados. Ainda, identifica e aponta oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos, emitindo opinião formal sobre os controles internos testados.

Os trabalhos de competência da área de Auditoria Interna são terceirizados, sendo realizados pela Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda., empresa com registro de auditor independente na CVM, contratada em 11 de setembro de 2020, a qual é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, nos termos descritos acima. Os administradores da Companhia entendem que a Auditoria Interna possui estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções. A estrutura e o orçamento da Auditoria interna estão sujeitos a reavaliação pelo Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por recomendação do Comitê de Auditoria, ao menos uma vez ao ano.

### Área de Segurança da Informação

A Área de Segurança da Informação tem por competência identificar, monitorar e mitigar os riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que possam prejudicar ou impedir o bom andamento das operações da Companhia, tais como ciberataques, destruição de servidores, restrição de acesso aos sistemas de informação, perda de informações relevantes, dentre outros. Nesse sentido, busca identificar fragilidades nos recursos e procedimentos empregados pela Companhia no tratamento de informações, por meio de inspeções periódicas aos parâmetros e recursos tecnológicos disponíveis, bem como implementa plano de ações e controles aos riscos decorrentes das fragilidades identificadas.

Constatada ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI, obsolescência tecnológica, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas, envio de arquivos confidenciais, em via digital ou telefônica, acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro ou qualquer outro evento relacionado ao ambiente de tecnologia da informação que possa prejudicar ou impedir o bom andamento das operações da Companhia, a Área de Segurança da Informação deve reportar o evento à Diretoria e ao Comitê de Auditoria e recomendar as ações a serem implementadas para o tratamento dos riscos em relação ao ambiente de tecnologia da informação.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### Gerências e demais colaboradores

Os gerentes e demais colaboradores da Companhia são responsáveis por observar integralmente as ações de gerenciamento de riscos no dia a dia da Companhia e por participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de riscos na Companhia.

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações, considerando principalmente os seguintes aspectos:

- (i) os objetivos estratégicos da Companhia;
- (ii) composição e natureza das contas contábeis;
- (iii) possibilidade de perdas decorrentes de erros e fraudes; e
- (iv) complexidade nas transações das contas contábeis.

Para atingimento dos seus objetivos, o gerenciamento dos controles internos da Companhia está estruturado em um modelo integrado de três Linhas de Defesa, sendo:

▪ **1ª Linha de Defesa:** representada pela Diretoria, Área de Segurança da Informação, gerências e demais colaboradores que atuam nas operações da Companhia. Reporta-se ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. É responsável por: (i) identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos (tratamento) de acordo com as diretrizes da Política de Gerenciamento de Riscos; (ii) implantar planos de ação e controles; e (iii) comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas ao gerenciamento de riscos;

▪ **2ª Linha de Defesa:** Representada pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração, utiliza a documentação suporte produzida pela 1ª Linha de Defesa como subsídio para revisão do ambiente de controles. Atua apoiando as áreas de negócio no desenvolvimento e implementação dos processos e controles;

▪ **3ª Linha de Defesa:** Auditoria Interna, responsável por analisar e avaliar de forma independente o ambiente de controles internos com base nos trabalhos executados pela 1ª e 2ª linhas de defesa, fornecendo pareceres periódicos ao Comitê de Auditoria. Pode executar trabalhos adicionais conforme necessidade identificada.

Posteriormente, são realizados os mapeamentos e atualizações dos processos, da matriz de riscos e dos controles e testes de controle, com a finalidade de confirmar o entendimento dos processos mapeados, bem como se os controles estão implementados e operando de forma adequada.

Os controles inexistentes ou considerados insatisfatórios para mitigação dos riscos identificados são reportados para as áreas responsáveis para elaboração de planos de ação (seja a criação do novo controle ou o aperfeiçoamento dos controles existentes).

Os processos e controles mapeados são ferramentas fundamentais para o planejamento da Auditoria Interna. Com base nesse mapeamento, a Auditoria Interna define a estratégia e os testes de efetividade que serão realizados, com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação de efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos, pois permite à Companhia monitorar e avaliar periodicamente os riscos relacionados aos seus negócios, identificar possíveis impactos dos riscos em suas operações e corrigir eventuais falhas tempestivamente.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado****(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

Não há uma política específica que trata de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, aplicando-se ao gerenciamento de riscos de mercado a Política de Gerenciamento de Riscos mencionada na seção 5.1 acima, no que couber.

**(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**

Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados para fins de gerenciamento de riscos no item 5.1 “b” acima.

**(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para o risco de mercado conforme qualitativa e quantitativamente descrito no item 4.2 deste Formulário de Referência.

**(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*), pois os riscos de mercado a que estamos sujeitos, seja no ativo ou no passivo, não representam importância que justifique tais operações ou, ainda, uma estratégia de proteção patrimonial.

**(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*).

**(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que na avaliação de seus administradores a Companhia não está exposta a riscos relevantes que justificariam operações de tal natureza.

**(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

Compõem a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado: a Diretoria Financeira, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração, a depender da grandeza do risco mapeado e os enquadramentos das soluções para mitigação dos riscos propostas no contexto da política estabelecida, nos termos do item 5.1 (b) (iii) acima.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

Embora não possua uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia entende que sua estrutura operacional possibilita a devida verificação da efetividade das práticas de gerenciamento de riscos.

Acreditamos que conseguimos monitorar os riscos inerentes às nossas atividades de forma eficaz e consideramos que nossa estrutura operacional e controles internos implementados são adequados para monitorar os riscos aos quais estamos expostos, bem como ao nosso porte e complexidade de nossas atividades.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 - Descrição controles internos

**(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:**

A administração da Companhia, o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e os demais colaboradores da Companhia são responsáveis por assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos. Para tanto, a Companhia adota diversas práticas e controles internos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos, compliance e processos que visam fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade na preparação das demonstrações financeiras e objetivam: (a) a manutenção de registros que, de forma rigorosa e justa, registrem as transações e disposições dos ativos e passivos da Companhia; (b) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); (c) o fornecimento de garantia razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis; (d) implantação de estrutura e procedimentos de *compliance*, bem como o aprimoramento das respectivas políticas; e (e) gerenciamento de riscos operacionais.

A respeito dos controles para elaboração das demonstrações contábeis, esta é iniciada com o processo de fechamento contábil, que conta com uma estrutura rígida de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos, em que são monitorados os processos de integração financeira para o sistema contábil, bem como análise da necessidade de possíveis lançamentos manuais no sistema contábil. O processo de fechamento contábil é revisado mensalmente pela Gerência de Contabilidade, sob a liderança de um Coordenador Contábil, e pelo Diretor Financeiro. Todos são responsáveis por assegurar que os números contabilizados estão adequados e confiáveis.

Na sequência, com o uso de *checklists* de divulgação e avaliação interna sobre a necessidade e adequação qualitativa de divulgações, a área contábil da Companhia prepara as demonstrações financeiras, submetendo-as para revisão do Diretor Financeiro. Após revisadas, as demonstrações financeiras são submetidas aos auditores independentes, para elaboração de seu relatório sobre estas demonstrações.

No decorrer do exercício, e de forma concomitante aos trabalhos da Gerência de Contabilidade e da Diretoria Financeira, a Auditoria Interna efetua testes nos controles internos, inclusive controles financeiros, para assegurar sua eficiência e eficácia. A Auditoria Interna julga se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, a Auditoria Interna recomenda melhorias ao Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna teve suas funções aprovadas na reunião do Conselho de Administração datada de 05 de outubro de 2020 e, atualmente, tem suas atividades terceirizadas à Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda., empresa com registro de auditor independente na CVM, contratada em 11 de setembro de 2020.

Os administradores da Companhia entendem que a Auditoria Interna possui estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções. A estrutura e o orçamento da Auditoria Interna estão sujeitos a reavaliação pelo Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por recomendação do Comitê de Auditoria, ao menos uma vez ao ano.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Os administradores da Companhia entendem que os controles internos da Companhia são suficientes e pertinentes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que a Companhia opera.

Adicionalmente, os administradores da Companhia esclarecem que permanecem empenhados no aprimoramento, revisão e atualização contínua de seus processos e políticas, e na implementação de novas ferramentas para revisão e aprimoramento dos controles internos e de compliance. Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos podem não impedir ou não detectar erros.

### (b) estruturas organizacionais envolvidas:

A Companhia possui estrutura organizacional de controles internos para assegurar o gerenciamento de riscos envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras:

- Coordenador Contábil: Participa da elaboração de balancetes, papéis de trabalho adicionais, contratos. Responsável pela confecção de controles internos de suporte e validações de saldos de contas bem como documentos comprobatórios destes saldos.
- Diretor Financeiro: responsável pela revisão e validação do relatório das demonstrações financeiras

Adicionalmente, observadas as demais competências e responsabilidades descritas no item 5.1 (b) (iii) e no item 5.3(a) acima, fazem parte da estrutura (1) o Conselho de Administração, que supervisiona a atuação das demais estruturas organizacionais envolvidas nos controles internos; (2) o Comitê de Auditoria, que acompanha as atividades de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, e supervisiona as atividades da área financeira, controladoria e contábil, reportando as suas conclusões e recomendações ao Conselho de Administração; e (3) a Auditoria Interna, que tem suas atividades terceirizadas a auditor independente registrado na CVM, sendo de sua competência, no decorrer do exercício, efetuar testes nos controles internos, inclusive controles financeiros, para assegurar sua eficiência e eficácia. Dentre as funções da Auditoria Interna está a função de julgar se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, a Auditoria Interna recomenda melhorias ao Comitê de Auditoria.

Em virtude da necessidade de elaboração das demonstrações financeiras nos padrões contábeis adotados no país, a auditoria independente verifica periodicamente se as informações provenientes dos sistemas estão aderentes aos padrões contábeis exigidos e, nesse sentido, estão aderentes às exigências e, sempre que necessário, recomenda adequações e melhorias aos padrões existentes.

Os gerentes e demais colaboradores da Companhia são responsáveis por observar integralmente as ações de gerenciamento de riscos no dia a dia da Companhia e por participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de riscos na Companhia.

### (c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

Os controles internos adotados são mensalmente supervisionados pela Administração da Companhia. A Diretoria Financeira analisa e revisa todos os controles utilizados na preparação das demonstrações financeiras, enquanto os membros do Comitê de Auditoria e os membros do Conselho de Administração são responsáveis pelo acompanhamento da eficiência dos controles internos, mediante supervisão periódica das atividades da área financeira, controladoria e contábil.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Ademais, a Auditoria Interna, terceirizada a auditor independente registrado na CVM, é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de controle e governança da Companhia, tendo suas atividades acompanhadas e supervisionadas pelo Comitê de Auditoria, a fim de conferir maior confiabilidade aos relatórios financeiros e às demonstrações financeiras. As deficiências de controles são monitoradas periodicamente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Essa estrutura permite que qualquer não conformidade observada que possa impactar nas demonstrações financeiras seja pronta e tempestivamente reportada à Administração da Companhia para adoção das ações corretivas.

### **(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:**

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foi apontada como deficiência significativa relativa aos controles aplicáveis ao reconhecimento, apresentação e divulgação dos tributos diferidos sobre o lucro, conforme abaixo descrito.

No âmbito da avaliação dos tributos diferidos sobre o lucro, foi verificado que a Companhia apresentava valores relevantes de prejuízo fiscal e base negativa acumulados e não utilizados relativos a anos anteriores. Adicionalmente, foi verificado, de acordo com os resultados da Companhia apresentados após a data base das demonstrações contábeis de 2019 e antes da data de sua reemissão, que a Companhia deveria reaccessar as projeções de lucratividade tributária para fins de constituição e expectativa de realização de impostos diferidos.

Esses procedimentos resultaram na revisão, por parte da Companhia, de suas projeções e alteração na expectativa de geração de lucros tributários futuros. Com isso, foram identificados ajustes de auditoria relacionados ao não reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados. Como resultado, a Companhia procedeu à reapresentação de suas demonstrações contábeis para correção de erros, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.7 às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Os ajustes de auditoria mencionados acima foram resultados de deficiências no desenho e execução dos controles internos da Companhia relativos ao reconhecimento, apresentação e divulgação de tributos diferidos sobre o lucro, que fazem parte do processo de encerramento das demonstrações contábeis. Dada a necessidade de reapresentação das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 devido a materialidade do ajuste do reconhecimento de tributos diferidos sobre o lucro, a referida deficiência foi considerada como significativa.

As principais recomendações dos auditores independentes foram: (i) realizar a revisão dos procedimentos de encerramento das demonstrações contábeis atentando às exigências das normas brasileiras e internacionais relacionadas ao reconhecimento, apresentação e divulgação de tributos diferidos sobre o lucro, incluindo os requerimentos pelas normas da CVM, quando aplicável, (b) realizar a revisão das projeções quanto à expectativa de lucros tributáveis, submetendo à apreciação da Administração e do Conselho Fiscal, quando aplicável e (c) a formalização de todas as etapas do processo de encerramento das demonstrações contábeis, com a criação de controles específicos para endereçar os requerimentos das normas brasileiras e internacionais de contabilidade, incluindo os requerimentos da CVM que porventura sejam aplicáveis a Companhia.

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:**

Em relação à deficiência mencionada na alínea (d) acima, as principais ações da Administração, relacionadas à resolução da deficiência significativa apontada consistem na revisão do processo de encerramento das demonstrações contábeis e inclusão de controles relacionados ao reconhecimento, apresentação e divulgação dos tributos diferidos sobre o lucro, conforme requerimentos das normas brasileiras e internacionais de contabilidade, bem como normatizações da CVM. Entre os principais controles e análises, destacam-se: (1) Elaboração e revisão das projeções dos lucros tributáveis futuros e apresentação e obtenção das aprovações dos órgãos de governança competentes; (2) elaboração e revisão dos controles necessários para a apuração dos tributos diferidos sobre o lucro e seus impactos nos registros contábeis, e; (3) elaboração e revisão das divulgações requeridas nas demonstrações contábeis e informações trimestrais.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4- Mecanismos e procedimentos internos de integridade

#### **(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

Em 1º de setembro de 2020, o Conselho de Administração deliberou pela atualização do Código de Ética e Conduta (“Código de Ética”) da Companhia, que estabelece, dentre outros, princípios e orientações de condutas com a finalidade de prevenir fraudes e ilícitos (incluindo, mas não se limitando contra a administração pública), boas práticas de mercado e promover o estrito cumprimento de todas as legislações e normas vigentes.

O inteiro teor do Código de Ética pode ser acessado no website da Companhia ([ri.meliuz.com.br](http://ri.meliuz.com.br)).

#### **(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia compromete-se com o cumprimento das leis e com o combate à corrupção, adotando mecanismos e procedimentos de integridade visando à prevenção, detecção e ao tratamento adequado a eventuais atos de corrupção, fraudes e condutas ilícitas de qualquer natureza, em ambiente público ou privado, incluindo qualquer forma de discriminação e preconceito, e condutas que atentem contra a diversidade ou contra direitos da criança e do adolescente. A Companhia busca ainda garantir a segurança e saúde no trabalho através do desenvolvimento de práticas e políticas que minimizem os riscos ocupacionais.

As relações da Companhia com seus fornecedores e prestadores de serviços devem contemplar os interesses legítimos dos envolvidos, sempre baseados em parâmetros técnicos, não sendo admitidas vantagens indevidas, obtidas por meio da manipulação de informação, ou de intimidação, coerção, coação, constrangimento ou qualquer criação artificial de situações de dependência da outra parte envolvida, sejam práticas de concorrência desleal ou situações caracterizadas como conflito de interesse com os negócios da Companhia.

A Companhia não admite, em nenhuma hipótese, o uso de meios ilegais (roubo, furto, suborno, espionagem por meios eletrônicos e outros) ou antiéticos para obter informações sobre concorrentes.

A Companhia e seus colaboradores devem observar a legislação que regula a participação de empresas em assuntos políticos e no relacionamento com o poder público e órgãos reguladores, inclusive no que diz respeito a contribuições para campanhas eleitorais. A Companhia mantém, com o poder público e órgãos reguladores, uma posição de independência, de colaboração e de respeito às leis e regulamentações. A relação da Companhia com o poder público deve ser sempre transparente e isenta, sendo expressamente vedado favores e doações, seja direta ou indiretamente, a funcionários públicos.

Considerando que a atividade da Companhia é fortemente baseada na utilização de informações confidenciais e estratégicas de seus clientes, tais informações devem ser manipuladas com zelo e cuidado. Para tanto, a Companhia impõe como princípios básicos:

(i) A informação é um ativo da Companhia e de nossos clientes. É dever de todos colaboradores protegê-la de vazamentos inconscientes ou tentativas maliciosas de terceiros, adotando um comportamento atento e responsável.

(ii) Uma vez que a segurança da informação é fortemente ligada ao comportamento, é necessário adotar-se sempre uma atitude responsável e ética, em consonância com os valores básicos da Companhia.

(iii) As consequências da disponibilização de informações confidenciais podem ser desastrosas para o colaborador e para a Companhia. A disponibilização negligente ou

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

fraudulenta da informação é crime e abre a possibilidade de perdas econômicas por parte das empresas envolvidas.

(iv) *Chinese wall policy*: a confidencialidade de projetos e informações de clientes deve ser mantida inclusive internamente na Companhia, especialmente no caso de times alocados a clientes concorrentes (exemplos de clientes concorrentes: redes de supermercado, e-commerces, etc.).

(v) O uso indevido de informações confidenciais da Companhia ou de clientes é considerado motivo para desligamento por justa-causa, além de sujeitar o responsável às penalidades previstas em lei.

Os principais mecanismos normativos do programa de integridade da Companhia foram aprovados pelo Conselho de Administração e compreendem, além do Código de Ética e da Política de Gerenciamento de Riscos aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2020: (i) a política de divulgação de atos ou fatos relevantes ("Política de Divulgação"); (ii) a política de negociação de valores mobiliários ("Política de Negociação"); (iii) a política de transações com partes relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (iv) a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Remuneração"); (v) a política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"); (vi) o regimento interno do Conselho de Administração ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); e (vii) o regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria") (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, a Política de Gestão de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Remuneração, a Política de Indicação, o Código de Ética, o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, em conjunto, definidos como "Políticas de Governança Corporativa").

As Políticas de Governança Corporativas estabelecem padrões de conduta, regras internas para alinhamento com os valores da Companhia, procedimentos e práticas para adequação ao perfil e riscos identificados, frequência de avaliação e demais assuntos relacionados. O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no website da Companhia ([ri.meliuz.com.br](http://ri.meliuz.com.br)).

Entre os princípios instrumentos, procedimentos e práticas utilizados pela Companhia para gestão de seu programa de integridade estão (i) o Canal de Denúncias, conforme descrito no item (b), abaixo, por meio do qual o descumprimento de quaisquer diretrizes éticas e de outras políticas de integridade podem ser reportadas à Comissão de Ética da Companhia, com a finalidade identificar e remediar e/ou punir a ocorrência de condutas irregulares, ilegais, fraudes ou quaisquer outros descumprimentos à legislação; (ii) ações de comunicação e treinamento periódicos, gerais e específicos, sobre as diretrizes de ética e conduta da Companhia, que visam a conscientizar e facilitar a compreensão dos colaboradores da Companhia quanto as diretrizes, regras e responsabilidades a serem cumpridas no âmbito do programa de integridade; e (iii) a entrega de cópia do Código de Ética e Conduta da Companhia a seus colaboradores, contra a assinatura de um "Termo de Adesão", pelo qual o colaborador atesta sua ciência sobre as normas de conduta e obriga-se a cumpri-las.

### **(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade**

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*) de acordo com a política previamente aprovada. Para o auxílio na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos e controles internos, além de métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, o Conselho de Administração conta com o Comitê de Auditoria. As competências destes dois órgãos da Administração encontram-se

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

descritas no item 5.1 (a) deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, compete à Auditoria Interna: (i) o monitoramento do ambiente de controles internos e a efetividade da gestão de riscos; (ii) execução dos testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria e reportar os resultados ao Comitê de Auditoria; (iii) verificação da implementação dos planos de ação e sua eficácia; (iv) Identificação da necessidade de priorização de ações a partir dos resultados dos processos de riscos em execução, bem como ampliar o ambiente de testes substantivos ou o monitoramento contínuo em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados; (v) identificação e apontamento de oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos; e (v) Emissão de opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

Por fim, a companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por supervisionar a aplicação do Código de Ética.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia adota um Código de Ética que foi devidamente atualizado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2020. O Código de Ética define os valores e princípios da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

O inteiro teor do Código de Ética pode ser acessado no *website* da Companhia ([ri.meliuz.com.br](http://ri.meliuz.com.br)).

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As disposições do Código de Ética da Companhia se aplicam, irrestritamente, a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral. Além disso, o Código de Ética estabelece que os princípios éticos e padrões de conduta previstos no documento devem ser observados por todos os fornecedores, clientes e parceiros da Companhia.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Companhia realiza treinamentos periódicos (com frequência anual) a todas as pessoas que mantêm vínculo estatutário ou empregatício com a Companhia, a fim disseminar as normas e princípios do Código de Ética e elucidar eventuais questionamentos.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Código de Ética da Companhia prevê a adoção de medidas disciplinares em caso de violações. Essas medidas podem ser, dentre outras: (i) advertência; (ii) suspensão; (iii) desligamento do colaborador; (iv) encerramento da relação contratual existente com a Companhia, ou, ainda, (v) propositura de ações judiciais. A Companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por tomar conhecimento das denúncias e concluir, por meio de processo formal, se ocorreu violação ao Código de Ética e Conduta e, em sendo o caso, definir quais medidas serão aplicadas ao infrator.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### **(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia disponibiliza canal para comunicação de denúncias de quaisquer comportamentos não éticos, violações à legislação, à regulação e a quaisquer de suas políticas, códigos e regimentos internos. O canal de denúncias da Companhia é disponibilizado aos seus colaboradores e quaisquer terceiros, admitindo-se denúncias anônimas. O canal de denúncias pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: [ri.meliuz.com.br](mailto:ri.meliuz.com.br).

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é interno. Todas as denúncias são tratadas com o sigilo e as respectivas informações são acessadas apenas pelas pessoas envolvidas no processo de investigação, cujo processo varia conforme seu grau de criticidade, de forma a prevenir que nenhuma conclusão seja tomada precipitadamente, sem que os fatos e as circunstâncias tenham sido objetivamente investigados e avaliados.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e de terceiros.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e a Companhia se compromete a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Auditoria Interna da Companhia é responsável pela análise e apuração das denúncias recebidas, bem como pelo reporte dos casos aplicáveis à Comissão de Ética e Conduta, que define as medidas cabíveis a serem adotadas.

### **(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares:**

Além dos mecanismos já descritos neste item 5.4, a Companhia realiza procedimentos específicos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares, tais como a realização de auditoria física e financeira. Quando aplicável, são contratados assessores jurídicos e auditores com a finalidade de avaliar e compreender o ambiente de *compliance* e identificar potenciais riscos de corrupção e fraude, e de análise reputacional das pessoas jurídicas envolvidas.

### **(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

### **5.5 - Alterações significativas**

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e****5.6 - Outras informações relevantes****Gestão de riscos e instrumentos financeiros****Considerações gerais e políticas**

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

**Aplicações financeiras**

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

<b>Em R\$ Milhares</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Aplicações financeiras	25.314	9.837	10.884	18.063

**Risco de crédito**

O risco de crédito se baseia na concentração de receita que a Companhia tem de 34,3% em dois clientes, o restante é pulverizado em centenas de clientes finais, com os quais a Companhia tem relacionamento direto. O resultado dessa gestão crédito está refletido na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4, e as porcentagens dos clientes com maior representatividade sobre a Receita Líquida na Nota Explicativa nº 17 às suas demonstrações contábeis.

A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10. Comentários dos Diretores

#### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com: (i) as informações trimestrais - ITR da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, e (ii) as demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso do arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Desta forma, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2) no montante de R\$1,3 milhão, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R\$0,1 milhão referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento. Os pagamentos dos contratos de arrendamento, que foram escopo da adoção do IFRS 16/CPC06 (R2), totalizaram o montante de R\$1,5 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Para informações sobre desdobramentos decorrentes da pandemia do COVID-19 bem como medidas adotadas, vide os itens 3.9 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

#### (a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 30 de junho de 2020, o Ativo Circulante da Companhia era de R\$33.954 mil, e era superior em R\$ 21.181 mil ao passivo circulante, que foi de R\$ 12.773 mil, representando um Índice de Liquidez Corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante) de 2,66. Em 31 de dezembro de 2019, o Ativo Circulante da Companhia era de R\$ 21.970 mil, e era superior em R\$ 9.734 mil ao Passivo Circulante, que foi de R\$ 12.236 mil, representando um Índice de Liquidez Corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante) de 1,80. Em 31 de dezembro de 2018, o índice de liquidez corrente foi de 1,36 e, em 31 de dezembro de 2017, foi de 2,57.

Em 30 de junho de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice de Endividamento Total (representado pela soma do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante dividido pelo Patrimônio Líquido) foi de 0,46; 0,65; 1,66 e 0,53; respectivamente. Essa variação é reflexo principalmente da contratação de capital de terceiros conforme a avaliação de necessidade e oportunidade realizada pela Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Considerando o saldo de caixa e equivalentes de caixa e o baixo índice de endividamento da Companhia mencionado acima, a administração acredita que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com as suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

Adicionalmente, os Diretores esclarecem que, em 29 de maio de 2020, foi contratada pela Companhia, a Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro, junto ao Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$5,0 milhões, a uma taxa de juros anual de 9,77%, a ser paga em 24 parcelas mensais, vencendo a primeira em 29 de junho de 2020, a qual conta como garantia, um contrato particular de cessão fiduciária de cotas de fundo de investimento, envolvendo 9.608,16 cotas do 40046/201-TRUST DI, gerido/administrado pelo Itaú Unibanco S.A., com valor líquido total, na data de contratação, de R\$ 2,5 milhões. Adicionalmente, em 02 de julho de 2020, a Companhia contratou empréstimo bancário para fins de capital de giro junto ao Banco Santander, por meio da Cédula de Crédito nº 00331230300000007800. O valor captado foi de R\$8,0 milhões, a serem pagos em 22 parcelas mensais iguais e sucessivas, sendo os dois primeiros meses de carência total, com remuneração à taxa de juros de 0,38% ao mês. A Companhia aplicou R\$4,0 milhões em títulos de capitalização como garantia do contrato.

Os Diretores esclarecem que os empréstimos acima foram celebrados, tendo em vista a oportunidade à época de reforçar o histórico de crédito da Companhia junto aos Bancos, e ter acesso a recursos adicionais, em virtude do cenário de incerteza econômico imposto pela pandemia do COVID-19, que impôs dificuldades de previsibilidade quanto ao desdobramento da pandemia e efeitos na economia global. Em virtude de tal fato, a Companhia optou por captar tais recursos, considerando também como fator de decisão, que a taxa de juros básico da economia brasileira alcançou este ano níveis históricos mais baixos em relação a anos anteriores.

### (b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das suas operações, apresentando uma proporção equilibrada entre capital próprio e de terceiros, conforme evidenciado na tabela abaixo:

A Companhia apresentou, em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a seguinte estrutura de capital:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de			
	2020	2019	2018	2017	
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	16.329	14.918	13.076	8.137	
Capital próprio (patrimônio líquido)	35.586	22.894	7.860	15.379	
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>51.915</b>	<b>37.812</b>	<b>20.936</b>	<b>23.516</b>	
Parcela de capital de terceiros	31,5%	39,5%	62,5%	34,6%	
Parcela de capital próprio	68,5%	60,5%	37,5%	65,4%	

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 22.894 mil, passando para R\$ 35.586 mil em 30 de junho de 2020. Este aumento decorreu, principalmente, do lucro líquido do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, resultado tanto do aumento da receita líquida como de uma redução das despesas operacionais, além da constituição de ativo diferido proveniente, principalmente, do reconhecimento de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$7.860 mil, passando para R\$ 22.894 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento decorreu, principalmente, de resultados de gastos com marketing e estruturação da empresa realizados em 2018, os quais ocasionaram o aumento da receita líquida da Companhia e, conseqüentemente, do lucro líquido. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia deixou de apresentar resultados negativos e passou a gerar lucros.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 15.379 mil, passando para R\$ 7.860 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta diminuição de R\$ 7.519 mil ou 48,9% decorreu, principalmente, dos investimentos realizados pela Companhia para desenvolvimento das suas bases estruturais para geração de vendas futuras, como estruturação da equipe e amadurecimento dos seus produtos. Tais investimentos repercutiram negativamente no resultado do exercício de 2018, gerando prejuízo líquido responsável pela diminuição do Patrimônio Líquido.

### (c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia, por meio da análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Companhia, entendem que a Companhia tem a capacidade de honrar com as obrigações de curto, médio e longo prazo existentes, conforme dados abaixo:

(R\$ mil)	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Dívida Bruta <sup>(1)</sup>	(5.415)	(2.724)	-	-
Caixa Líquido <sup>(1)</sup>	28.277	7.257	11.127	18.494

(1) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06 (R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, por isto, a Dívida Bruta e o Caixa Líquido não são comparáveis com os saldos apresentados em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma.

A Dívida Bruta equivale ao total de empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil a pagar (circulante e não circulante). O Caixa Líquido equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa ("Caixa Líquido").

O Caixa Líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui um significado padrão. Outras empresas podem calcular o Caixa Líquido de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta uma reconciliação do nosso Caixa Líquido em 30 de junho de 2020, bem como em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Cálculo do Caixa Líquido	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
(Em R\$ mil)				
Empréstimo e financiamentos (circulante)	(2.128)	-	-	-
Empréstimo e financiamentos (não circulante)	(2.832)	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar (circulante)	(455)	(1.449)	-	-
Arrendamento mercantil a pagar (não circulante)	-	(1.275)	-	-
<b>Dívida Bruta <sup>(1)</sup></b>	<b>(5.415)</b>	<b>(2.724)</b>	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	26.987	9.981	11.127	18.494
Fundos vinculados	6.705	-	-	-
<b>Caixa Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>28.277</b>	<b>7.257</b>	<b>11.127</b>	<b>18.494</b>

(1) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06 (R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, por isto, a Dívida Bruta e o Caixa Líquido não são comparáveis com os saldos apresentados em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma.

Assim, considerando nosso baixo endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos da pandemia do COVID-19 na economia brasileira, nossas operações e fluxos de caixa futuros.

### (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, bem como no período em seis meses findo em 30 de junho de 2020, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, rodadas de investimento e a utilização de empréstimo e financiamento de terceiros, conforme descrito no item 10.1(f) abaixo.

### (e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso necessário, empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

Não obstante as fontes de financiamento acima destacadas terem sido suficientes no passado, eventuais impactos do COVID-19 nas operações da Companhia podem justificar, no futuro e caso os Diretores da nossa Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar nossa necessidade de capital de giro no curto prazo, principalmente enquanto persistirem os efeitos da pandemia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

#### (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja principal finalidade consiste em prover recursos para as operações e investimentos da Companhia, como por exemplo, investimentos em tecnologia para aprimoramento da sua plataforma digital.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de junho de 2020, apresentavam saldo de R\$4.960 mil. Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não apresentava saldo de empréstimos e financiamentos.

O saldo de empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2020 se refere a uma Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro, contratada junto ao Itaú Unibanco S.A., em 29 de maio de 2020, no valor total de R\$5.000 mil, a uma taxa de juros anual de 9,77%, a ser paga em 24 parcelas mensais, vencendo a primeira em 29/06/2020. Como garantia do referido empréstimo, a Companhia celebrou o contrato particular de cessão fiduciária de cotas de fundo de investimento, envolvendo 9.608,16 cotas do 40046/201-TRUST DI, gerido/administrado pelo Itaú Unibanco S.A., com valor líquido total, na data de contratação, de R\$ 2.500 mil.

Os Diretores esclarecem que o empréstimo acima destacado, foi celebrado, considerando a oportunidade de contratar capital de terceiros à época, dado o cenário de taxa de juros básica da economia em seus níveis históricos mais baixos, bem como a possibilidade de reforçar a estrutura de capital da Companhia, tendo em vista as incertezas econômicas advindas da pandemia do COVID-19.

Para informações sobre empréstimo celebrado após 30 de junho de 2020, vide o item 3.9 deste Formulário de Referência.

#### (ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, além daquela já descrita no item 10.1(f)(i) acima.

#### (iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em 30 de junho de 2020, não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. No entanto, esclarece-se que, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no Passivo Exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

#### (iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro Itaú Unibanco, descrita no item 10.1(f) acima, não apresenta *covenants* financeiros.

Em função de determinadas cláusulas contidas no instrumento financeiro acima destacado, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- (i) limitações à capacidade da Companhia de vender, transferir ou dispor de parcela significativa de bens ou direitos de seu ativo permanente;

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ii) limitações quanto à capacidade de realizar reestruturações societárias e alteração do controle da Companhia.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia cumpriu com as obrigações previstas no referido instrumento financeiro.

### (g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispõem de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

### (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das Informações Trimestrais – ITR revisadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e das demonstrações contábeis auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente e, comparadas conforme especificado a seguir:

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

R\$ milhares, exceto percentuais	30/06/2020	AV	30/06/2019	AV	AH
<b>Receita líquida</b>	56.439	100,0%	35.043	100,0%	61,1%
<b>Despesas operacionais</b>	(37.992)	-67,3%	(32.170)	-91,8%	18,1%
Despesas com cashback	(24.111)	-42,7%	(17.242)	-49,2%	39,8%
Despesas com pessoal	(7.750)	-13,7%	(7.736)	-22,1%	0,2%
Despesas comerciais e de marketing	(492)	-0,9%	(1.091)	-3,1%	-54,9%
Despesas com softwares	(2.640)	-4,7%	(1.571)	-4,5%	68,0%
Despesas gerais e administrativas	(528)	-0,9%	(1.043)	-3,0%	-49,4%
Serviços de terceiros	(1.425)	-2,5%	(1.379)	-3,9%	3,3%
Depreciação e amortização	(1.096)	-1,9%	(895)	-2,6%	22,5%
Outros	50	0,1%	(1.213)	-3,5%	-104,1%
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>18.447</b>	<b>32,7%</b>	<b>2.873</b>	<b>8,2%</b>	<b>542,1%</b>
Resultado financeiro	(249)	-0,4%	(60)	-0,2%	315,0%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>18.198</b>	<b>32,2%</b>	<b>2.813</b>	<b>8,0%</b>	<b>546,9%</b>
Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)	(5.506)	-9,8%	(1.167)	-3,3%	371,8%
<b>Lucro líquido</b>	<b>12.692</b>	<b>22,5%</b>	<b>1.646</b>	<b>4,7%</b>	<b>671,1%</b>

### Receita líquida

A Receita Líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 56.439 mil comparado com R\$ 35.043 mil no período de seis meses findo em 30 junho de 2019, representando um aumento de R\$ 21.396 mil ou 61,1%. Este aumento é atribuído, principalmente, ao crescimento da operação do Cartão de Crédito Méliuz que gera receitas mediante remuneração relativa à divulgação do Cartão de Crédito Méliuz em nossa plataforma e ao do aumento da base de usuários ativos nas categorias de *marketplace*. A Companhia adotou políticas para aumentar o alcance da plataforma e aquisição de usuários e, com isso, expandiu a base de usuários cadastrados de 7,7 milhões em junho de 2019 para 10,1 milhões em junho de 2020. Como a receita da Companhia é diretamente vinculada ao tráfego e às compras realizadas pelos usuários dos parceiros comerciais da Companhia, o aumento do número de usuários promoveu o aumento da receita líquida.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### **Despesas operacionais**

As Despesas Operacionais no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foram de R\$ 37.992 mil comparado com R\$ 32.170 mil no período de seis meses findo em 30 junho de 2019, representando um aumento de R\$ 5.822 mil. Este aumento é atribuído, substancialmente, às despesas com *cashback* que, por ser o cerne das atividades da empresa, demanda gastos com o crescimento da companhia. O aumento do *cashback* é atribuído, substancialmente, ao crescimento da base de usuários e, conseqüentemente, ao aumento de transações originadas na plataforma da Companhia, acompanhando um aumento de receita e um aumento de *cashback* gerado por estes usuários. Apesar do aumento de despesas com *cashback*, nos primeiros 6 meses de 2020, com o cenário de pandemia do Covid-19, a Companhia reduziu algumas de suas outras despesas, como viagens, transporte e despesas com escritório.

### **Imposto de renda e contribuição social**

A despesa de imposto de renda e contribuição social no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 5.506 mil comparado com R\$ 1.167 mil no período de seis meses findo em 30 junho de 2019, representando um aumento de R\$ 4.339 mil. Este aumento é atribuído, substancialmente, a melhora no resultado operacional da Companhia. Percentualmente, houve uma redução da taxa efetiva de tributação por causa da diminuição de despesas indedutíveis entre os períodos.

### **Lucro Líquido**

O Lucro Líquido do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 12.692 mil comparado com R\$ 1.646 mil no período de seis meses findo em 30 junho de 2019, representando um aumento de R\$11.046 mil ou 671,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das receitas mencionadas acima.

### **EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

<i>R\$ milhares, exceto percentuais</i>	<i>31/12/2019</i>	<i>AV</i>	<i>31/12/2018</i>	<i>AV</i>	<i>AH</i>
<b>Receita líquida</b>	<b>81.504</b>	<b>100,0%</b>	<b>44.533</b>	<b>100,0%</b>	<b>83,0%</b>
<i>Despesas operacionais</i>	(72.894)	-89,4%	(52.257)	-117,3%	39,5%
<i>Despesas com cashback</i>	(39.701)	-48,7%	(22.479)	-50,5%	76,6%
<i>Despesas com pessoal</i>	(18.070)	-22,2%	(14.307)	-32,1%	26,3%
<i>Despesas comerciais e de marketing</i>	(2.469)	-3,0%	(5.465)	-12,3%	-54,8%
<i>Despesas com softwares</i>	(4.430)	-5,4%	(1.777)	-4,0%	149,3%
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	(1.469)	-1,8%	(3.052)	-6,9%	-51,9%
<i>Serviços de terceiros</i>	(3.434)	-4,2%	(2.766)	-6,2%	24,2%
<i>Depreciação e amortização</i>	(1.972)	-2,4%	(500)	-1,1%	294,4%
<i>Outros</i>	(1.349)	-1,7%	(1.911)	-4,3%	-29,4%
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>8.610</b>	<b>10,6%</b>	<b>(7.724)</b>	<b>-17,3%</b>	<b>-211,5%</b>
<i>Resultado financeiro</i>	(300)	-0,4%	205	0,5%	-246,3%
<i>Resultado antes dos impostos</i>	8.310	10,2%	(7.519)	-16,9%	-210,5%
<i>Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)</i>	6.724	8,2%	-	-	-
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>15.034</b>	<b>18,4%</b>	<b>(7.519)</b>	<b>-16,9%</b>	<b>-299,9%</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Receita líquida***

A Receita Líquida do exercício social de 2019 foi de R\$ 81.504 mil comparada com R\$ 44.533 mil no exercício social de 2018, representando um aumento de R\$ 36.971 ou 83,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao considerável crescimento dos negócios da Companhia. Os investimentos da Companhia no desenvolvimento de melhorias na Plataforma, aumentando muito a qualidade da experiência do usuário ocorrem desde o segundo semestre de 2018, cujos resultados foram observados ao longo do exercício social de 2019. Na mesma linha, as políticas adotadas para aumentar o alcance da plataforma e aquisição de usuários e, com isso, expandiu a base de usuários cadastrados de 4,6 milhões em junho de 2018 para 7,7 milhões em junho de 2019. Os novos usuários adquiridos no segundo semestre de 2018 e no primeiro semestre de 2019 impactaram positivamente as receitas do exercício de 2019. Como a receita da Companhia é diretamente vinculada ao tráfego e às compras realizadas pelos usuários dos parceiros comerciais da Companhia, o aumento do número de usuários naturalmente leva ao aumento da receita.

### ***Despesas operacionais***

As Despesas Operacionais do exercício social de 2019 foi de R\$ 72.894 mil comparado com R\$52.257 mil no exercício social de 2018, representando um aumento de R\$ 20.637 mil. Este aumento se deve (i) principalmente, ao incremento das despesas com *cashback* e despesas com pessoal, acompanhando o crescimento das receitas da empresa e (ii) e despesas com *softwares*, nas quais houve um aumento do custo devido à necessidade de escalar os servidores e softwares para suportar o crescimento da Companhia em número de usuários e acessos aos seus serviços. O aumento das despesas operacionais acima foi parcialmente compensado pela redução nas despesas comerciais e de marketing devido a revisão das estratégias da Companhia, despendendo mais esforços e resultados em canais orgânicos e menos em canais pagos, além da redução da participação como patrocinadora em eventos setoriais.

### ***Resultado Financeiro***

O Resultado Financeiro do exercício social de 2019 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 300 mil comparado com uma receita financeira líquida de R\$ 205 mil no exercício social de 2018, representando uma variação de R\$ 505 mil ou 246,3%. Essa variação do resultado financeiro pode ser atribuída, principalmente, a encargos sobre financiamento, atribuído ao arrendamento mercantil e juros pagos no período.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

O Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício social de 2019 representou um crédito de R\$ 6.724 mil, não tendo apresentado saldo no exercício social de 2018. A Companhia teve R\$ 2.036 mil de impostos de renda e contribuição social a pagar no exercício, devido à lucratividade que observada, entretanto, no exercício social de 2019, foi reconhecido um ativo diferido de R\$ 8.760 mil referente ao reconhecimento de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa por causa da expectativa de lucros tributáveis em exercícios seguintes.

### ***Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício***

O Lucro Líquido do exercício social de 2019 foi de R\$ 15.034 mil comparado com prejuízo de R\$7.519 mil no exercício social de 2018. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento de lucratividade no período e à constituição de ativo diferido, principalmente sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de anos anteriores.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

<i>R\$ milhares, exceto percentuais</i>	<i>31/12/2018</i>	<i>AV</i>	<i>31/12/2017</i>	<i>AV</i>	<i>AH</i>
<b>Receita líquida</b>	<b>44.533</b>	<b>100,0%</b>	<b>25.919</b>	<b>100,0%</b>	<b>71,8%</b>
<i>Despesas operacionais</i>	(52.257)	-117,3%	(42.986)	-165,8%	21,6%
<i>Despesas com cashback</i>	(22.479)	-50,5%	(17.579)	-67,8%	27,9%
<i>Despesas com pessoal</i>	(14.307)	-32,1%	(16.582)	-64,0%	-13,7%
<i>Despesas comerciais e de marketing</i>	(5.465)	-12,3%	(2.865)	-11,1%	90,8%
<i>Despesas com softwares</i>	(1.777)	-4,0%	(1.485)	-5,7%	19,7%
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	(3.052)	-6,9%	(1.730)	-6,7%	76,4%
<i>Serviços de terceiros</i>	(2.766)	-6,2%	(1.939)	-7,5%	42,7%
<i>Depreciação e amortização</i>	(500)	-1,1%	(407)	-1,6%	22,9%
<i>Outros</i>	(1.911)	-4,3%	(399)	-1,5%	378,9%
<b>Resultado operacional</b>	<b>(7.724)</b>	<b>-17,3%</b>	<b>(17.067)</b>	<b>-65,8%</b>	<b>-54,7%</b>
<i>Resultado de equivalência patrimonial</i>	-	-	(86)	-0,3%	-100,0%
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>(7.724)</b>	<b>-17,3%</b>	<b>(17.153)</b>	<b>-66,2%</b>	<b>-55,0%</b>
<i>Resultado financeiro</i>	205	0,5%	868	3,3%	-76,4%
<i>Resultado antes dos impostos</i>	(7.519)	-16,9%	(16.285)	-62,8%	-53,8%
<i>Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)</i>	-	-	-	-	-
<i>Prejuízo do exercício</i>	(7.519)	-16,9%	(16.285)	-62,8%	-53,8%

**Receita líquida**

A Receita Líquida do exercício social de 2018 foi de R\$ 44.533 mil comparado com R\$ 25.919 mil no exercício social de 2017, representando um aumento de R\$ 18.614 mil ou 71,8%. Este aumento é atribuído substancialmente ao considerável crescimento dos negócios da Companhia no exercício. Nos meses que antecedem o início do exercício de 2017, a plataforma estava em constante aprimoramento e desenvolvimento, sendo que as intervenções levavam a sensíveis alterações na experiência do usuário e no seu alcance no mercado. Os resultados dessas melhorias foram observados durante o exercício de 2018,. Os novos usuários adquiridos no segundo semestre de 2017 e no primeiro semestre de 2018 impactaram positivamente as receitas do exercício de 2018, tendo em vista que a receita da Companhia é diretamente vinculada ao tráfego e às compras realizadas pelos usuários dos parceiros comerciais da Companhia. O aumento do número de usuários tende a naturalmente levar ao aumento da receita.

**Despesas operacionais**

As Despesas Operacionais do exercício social de 2018 foram de R\$ 52.257 mil comparado com R\$ 42.986 mil no exercício social de 2017, representando um aumento de R\$9.271 mil ou 21,6%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das despesas com *cashback* e escalonamento de custos com *softwares* e servidores inerentes ao crescimento do negócio.

**Resultado Financeiro**

O Resultado Financeiro do exercício social de 2018 representou uma receita financeira líquida de R\$ 205 mil comparado com R\$ 868 mil no exercício social de 2017, representando uma redução de R\$ 663 mil ou 76,4%. Essa redução pode ser atribuída principalmente a queda dos rendimentos sobre aplicações financeiras, pela redução do valor aplicado.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Prejuízo Líquido do Exercício

O prejuízo do exercício social de 2018 foi de R\$ 7.519 mil comparado com R\$ 16.285 mil no exercício social de 2017, representando uma redução de R\$ 8.766 mil ou 53,8%. Essa redução é atribuída substancialmente ao aumento das receitas da Companhia, conforme descrito acima.

### COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

#### ATIVO - R\$ milhares, exceto percentuais

CIRCULANTES	30/06/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	26.987	52,0%	9.981	26,4%	170,4%
Contas a receber	5.500	10,6%	10.856	28,7%	-49,3%
Tributos a recuperar	766	1,5%	377	1,0%	103,2%
Outros ativos	701	1,4%	756	2,0%	-7,3%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>33.954</b>	<b>65,4%</b>	<b>21.970</b>	<b>58,1%</b>	<b>54,5%</b>
NÃO CIRCULANTES	30/06/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Valores a receber de partes relacionadas	178	0,3%	122	0,3%	45,9%
Tributos diferidos	6.518	12,6%	8.760	23,2%	-25,6%
Outras contas a receber	1.122	2,2%	1.122	3,0%	0,0%
Fundos Vinculados	6.705	12,9%	-	-	-
Imobilizado	2.302	4,4%	2.347	6,2%	-1,9%
Arrendamento Mercantil – Direito de uso	507	1,0%	2.798	7,4%	-81,9%
Intangível	629	1,2%	693	1,8%	-9,2%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>17.961</b>	<b>34,6%</b>	<b>15.842</b>	<b>41,9%</b>	<b>13,4%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>51.915</b>	<b>100,0%</b>	<b>37.812</b>	<b>100,0%</b>	<b>37,3%</b>

#### Caixa e Equivalentes de Caixa (circulante)

Em 30 de junho de 2020, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizavam R\$ 26.987 mil, apresentando um aumento de R\$17.006 mil ou 170,4% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando totalizavam R\$ 9.981 mil. Este aumento decorreu, principalmente, pelo maior ingresso de recursos resultantes da expansão das atividades e aumento das receitas, conforme mencionado no tópico das Receitas anteriormente e, adicionalmente, pela contratação de um empréstimo tomado para capital de giro, considerando que obteve taxas atrativas impulsionadas pela crise causada pela COVID-19, em que houve desoneração de algumas linhas de crédito por parte do governo federal no que tange ao imposto sobre operações financeiras.

#### Contas a Receber (circulante)

Em 30 de junho de 2020, o saldo de Contas a Receber totalizava R\$ 5.500 mil, apresentando uma redução de R\$5.356 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$ 10.856 mil. Essa redução decorreu, principalmente, em virtude de recebimentos de clientes realizados no período em virtude de a Companhia ter renegociado a redução de prazo de pagamento das faturas devidas no período junto aos clientes, de forma a reduzir tais prazos em comparação aos prazos de pagamento praticados no exercício social de 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Tributos a recuperar (circulante)***

Em 30 de junho de 2020, os tributos a recuperar totalizavam R\$ 766 mil, apresentando um aumento de R\$389 mil ou 103,2% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$ 377 mil. Esse aumento pode ser atribuído principalmente à constituição de saldo negativo de imposto de renda, e pagamentos realizados a maior, ambos disponíveis para compensação com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

***Valores a receber de partes relacionadas (Não circulante)***

Em 30 de junho de 2020, os valores a receber de partes relacionadas totalizavam R\$ 178 mil, apresentando um aumento de R\$56 mil ou 45,9% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R\$ 122 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude de novas quantias disponibilizadas pela Companhia à sua controladora Meliuz LLC para fins de pagamento de suas despesas administrativas, conforme detalhado no item 16.2 deste Formulário de Referência.

***Fundos Vinculados (não circulante)***

Em 30 de junho de 2020, os Fundos Vinculados totalizavam R\$ 6.705 mil, que não apresentava saldo para tal rubrica em 31 de dezembro de 2019. Esse saldo é atribuído à contratação de aplicações financeiras e aquisição de títulos de capitalização para servir de garantia a empréstimos tomados pela companhia.

***Arrendamento Mercantil (não circulante)***

Em 30 de junho de 2020, os arrendamentos mercantis de direito de uso totalizavam R\$ 507 mil, apresentando uma redução de 81,9% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$ 2.798 mil. Essa redução pode ser atribuída principalmente a mudança de escritório em Belo Horizonte. Devido ao novo cenário de teletrabalho impulsionado pela pandemia, a Companhia reduziu o espaço físico que ocupava em Belo Horizonte.

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ milhares, exceto percentuais**

<b>CIRCULANTES</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
Fornecedores	298	0,6%	300	0,8%	-0,7%
Empréstimos e financiamentos	2.128	4,1%	-	-	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	5.335	10,3%	4.489	11,9%	18,8%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.957	3,8%	906	2,4%	116,0%
Cashback	2.573	5,0%	4.990	13,2%	-48,4%
Arrendamento mercantil a pagar	455	0,9%	1.449	3,8%	-68,6%
Outros passivos	27	0,1%	102	0,3%	-73,5%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>12.773</b>	<b>24,6%</b>	<b>12.236</b>	<b>32,4%</b>	<b>4,4%</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
Empréstimos e financiamentos	2.832	5,5%	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	-	-	1.275	3,4%	-100,0%
Cashback	724	1,4%	1.407	3,7%	-48,5%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>3.556</b>	<b>6,8%</b>	<b>2.682</b>	<b>7,1%</b>	<b>32,6%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>35.586</b>	<b>68,5%</b>	<b>22.894</b>	<b>60,5%</b>	<b>55,4%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>51.915</b>	<b>100,0%</b>	<b>37.812</b>	<b>100,0%</b>	<b>37,3%</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)***

O saldo de Empréstimos e Financiamentos em 30 de junho de 2020 era de R\$ 4.960 mil, sendo que a Companhia não apresentava saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019. No exercício de 2020, a Companhia contratou empréstimo para capital de giro, conforme descrito no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

### ***Imposto de renda e contribuição social a recolher (circulante)***

O saldo de imposto de renda e contribuição social a recolher em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 1.957 mil, representando um aumento de R\$ 1.051 mil ou 116,0%, visto que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 906 mil. Esse aumento pode ser atribuído principalmente ao aumento de lucratividade da Companhia e, consequentemente, aumento de lucro tributável.

### ***Cashback (circulante e não circulante)***

O saldo de *Cashback* em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 3.297 mil, representando uma redução de R\$ 3.100 mil visto que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 6.397 mil. Essa redução decorreu de uma combinação de fatores sendo os principais: (a) alteração na composição do saldo de *cashback* quanto à transação originária deste a saber que diferentes produtos, serviços, parceiros e usuários apresentam diferentes perfis de resgate do valor, de modo que a alteração nesta composição alteram os fluxos de resgate e, neste caso, consumindo o saldo provisionado; (b) revisão do modelo de provisão do *cashback* para refletir os novos perfis de resgate de acordo com a melhor estatística à época. Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar o perfil dos clientes e seu padrão histórico de resgate de *cashback*. Tais alterações podem refletir em mudanças no saldo de *cashback*, assim como no valor a ser provisionado.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a provisão de *cashback* em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foi reconhecida de acordo com o modelo de mensuração da Companhia que tem como parâmetros e premissas o perfil de resgate médio do usuário (o qual considera dados históricos apurados pela Companhia), e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. O referido modelo considera todo o histórico de *cashback* confirmado para os usuários agrupando-os em *cohorts* mensais por data de confirmação e avaliando-se o percentual resgatado nos meses subsequentes, de forma que o valor a ser provisionado reflita o montante que a Companhia entende que será pago aos usuários que tiveram saldo de *cashback* confirmado no período, de acordo com os termos de uso do programa e a partir de modelos de regressão utilizando estatísticas descritivas e dados históricos. Do valor provisionado, o montante solicitado de resgate por parte dos usuários é transferido para *cashback* a pagar, e quitado através de transferência bancária.

### ***Arrendamento Mercantil a pagar (circulante e não circulante)***

O saldo de Arrendamento mercantil a pagar em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 455 mil, representando uma redução de R\$ 2.269 mil visto que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 2.724 mil. Essa redução pode ser atribuída aos pagamentos em acordo com o cumprimento dos contratos, mas, principalmente, ao cancelamento de contrato de arrendamento mercantil que tinha como objeto a sede, devido à colocação de todo o quadro de funcionários em teletrabalho por causa da crise.

### ***Patrimônio Líquido***

Em 30 de junho de 2020, o Patrimônio Líquido atingiu R\$ 35.586 mil, apresentando um aumento de R\$ 12.692 em relação ao Patrimônio Líquido verificado em 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$ 22.894 mil. Esse aumento decorreu, inteiramente, em virtude do Lucro Líquido da Companhia no período.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

ATIVO - R\$ milhares, exceto percentuais

CIRCULANTES	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	9.981	26,4%	11.127	53,1%	-10,3%
Contas a receber	10.856	28,7%	4.572	21,8%	137,4%
Tributos a recuperar	377	1,0%	784	3,7%	-51,9%
Outros ativos	756	2,0%	124	0,6%	509,7%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>21.970</b>	<b>58,1%</b>	<b>16.607</b>	<b>79,3%</b>	<b>32,3%</b>
NÃO CIRCULANTES	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Valores a receber de partes relacionadas	122	0,3%	79	0,4%	54,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.760	23,2%	-	-	-
Outros valores a receber	1.122	3,0%	1.122	5,4%	0,0%
Imobilizado	2.347	6,2%	2.236	10,7%	5,0%
Arrendamento Mercantil – Direito de uso	2.798	7,4%	-	-	-
Intangível	693	1,8%	892	4,3%	-22,3%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>15.842</b>	<b>41,9%</b>	<b>4.329</b>	<b>20,7%</b>	<b>266,0%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>37.812</b>	<b>100,0%</b>	<b>20.936</b>	<b>100,0%</b>	<b>80,6%</b>

**Caixa e Equivalentes de Caixa (circulante)**

Em 31 de dezembro de 2019, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizavam R\$ 9.981 mil, apresentando uma redução de R\$ 1.146 mil ou 10,3% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$ 11.127 mil. Essa redução decorreu, principalmente, em virtude de desembolsos realizados para investimento na estrutura operacional da Companhia, investimentos na estrutura do escritório da Companhia em Manaus, investimentos de *marketing* e aquisição paga, investimentos em folha salarial, promoções e méritos, aumento de custos com softwares e servidores.

**Contas a Receber (circulante)**

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Contas a Receber era de R\$ 10.856 mil, apresentando aumento de R\$ 6.284 mil ou 137,4% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$ 4.572 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento nas vendas da Companhia no exercício social de 2019, em comparação com o exercício social anterior, bem como devido ao aumento no prazo médio de recebimento, uma vez que os clientes da Companhia solicitaram, conforme negociações comerciais individuais, o aumento do prazo de pagamento de faturas, em comparação com o exercício social de 2018.

**Tributos a recuperar (circulante)**

Em 31 de dezembro de 2019, os tributos a recuperar totalizavam R\$ 377 mil, apresentando uma redução de R\$ 407 mil ou 51,9% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$ 784 mil. Essa redução ocorreu principalmente em virtude da utilização de saldo negativo de imposto de renda na compensação de tributos federais.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Outros Ativos (circulante)***

Em 31 de Dezembro de 2019, os outros ativos totalizavam R\$ 756 mil, apresentando um aumento de R\$ 632 mil ou 509,7% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$ 124 mil. Este aumento decorreu de operações como pagamento de despesas antecipadas, valor colocado como caução de contrato de arrendamento mercantil, e outros títulos a receber como venda de imobilizado.

***Arrendamento Mercantil – Direito de uso (não circulante)***

Em 31 de dezembro de 2019, os o direito de uso de arrendamento mercantil totaliza R\$ 2.798 mil, e não apresentava saldo em 31 de dezembro de 2018. Esse saldo é decorrente do reconhecimento do direito de uso de imóveis alugados, em consonância com a aplicação do CPC 06/ IFRS 16, conforme detalhado no item 10.4 (a) deste Formulário de Referência.

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ milhares, exceto percentuais**

<b>CIRCULANTES</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
Fornecedores	300	0,8%	280	1,3%	7,1%
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.489	11,9%	2.609	12,5%	72,1%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	906	2,4%	4	0,0%	22.550,0%
Cashback	4.990	13,2%	9.064	43,3%	-44,9%
Arrendamento mercantil a pagar	1.449	3,8%	-	-	-
Outros passivos	102	0,3%	299	1,4%	-65,9%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>12.236</b>	<b>32,4%</b>	<b>12.256</b>	<b>58,5%</b>	<b>-0,2%</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
Arrendamento mercantil a pagar	1.275	3,4%	-	-	-
Cashback	1.407	3,7%	820	3,9%	71,6%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.682</b>	<b>7,1%</b>	<b>820</b>	<b>3,9%</b>	<b>227,1%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>22.894</b>	<b>60,5%</b>	<b>7.860</b>	<b>37,5%</b>	<b>191,3%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>37.812</b>	<b>100,0%</b>	<b>20.936</b>	<b>100,0%</b>	<b>80,6%</b>

***Obrigações trabalhistas e tributárias (circulante)***

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou saldo relativo à Obrigações trabalhistas e tributárias de R\$ 4.489 mil, o que representou um aumento de R\$ 1.880 mil ou 72,1%, tendo em vista que o saldo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 2.609 mil. Esse aumento decorreu do crescimento das remunerações dos colaboradores da Companhia.

***Imposto de renda e contribuição social a recolher (circulante)***

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou saldo relativo à imposto de renda e contribuição social a recolher de R\$ 906 mil, o que representou um aumento de R\$ 902 mil, tendo em vista que o saldo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 4 mil. Esse aumento decorreu do resultado positivo do exercício de 2019, que findou em lucro tributável.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Cashback (circulante e não circulante)***

O saldo de Cashback em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 6.397 mil, representando uma redução de R\$ 3.487 mil ou 35,3%, visto que em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 9.884 mil. Essa redução decorreu de uma combinação de fatores sendo os principais: (a) alteração na composição do saldo de *cashback* quanto à transação originária deste a saber que diferentes produtos, serviços, parceiros e usuários apresentam diferentes perfis de resgate do valor, de modo que a alteração nesta composição altera os fluxos de resgate e, neste caso, consumindo o saldo provisionado; (b) revisão do modelo de provisão do *cashback* para refletir os novos perfis de resgate de acordo com a melhor estatística à época. Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar o perfil dos clientes e seu padrão histórico de resgate de *cashback*. Tais alterações podem refletir em mudanças no saldo de *cashback*, assim como no valor a ser provisionado.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a provisão de cashback em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecida de acordo com o modelo de mensuração da Companhia que tem como parâmetros e premissas o perfil de resgate médio do usuário (o qual considera dados históricos apurados pela Companhia), e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. O referido modelo considera todo o histórico de cashback confirmado para os usuários agrupando-os em cohorts mensais por data de confirmação e avaliando-se o percentual resgatado nos meses subsequentes, de forma que o valor a ser provisionado reflita o montante que a Companhia entende que será pago aos usuários que tiveram saldo de cashback confirmado no período, de acordo com os termos de uso do programa e a partir de modelos de regressão utilizando estatísticas descritivas e dados históricos. Do valor provisionado, o montante solicitado de resgate por parte dos usuários é transferido para cashback a pagar, e quitado através de transferência bancária. A provisão de cashback em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecida de acordo com a soma do saldo de cashback confirmado acima de R\$ 20,00 de cada usuário. O referido modelo não considerava o histórico de resgates, porém até 31 de dezembro de 2018 a Companhia entendia que este modelo refletia o montante que seria pago aos usuários, de acordo com os termos de uso do programa. Do valor provisionado, o montante solicitado de resgate por parte dos usuários é transferido para cashback a pagar, e quitado através de transferência bancária.

### ***Arrendamento Mercantil a pagar (circulante e não circulante)***

O saldo de Arrendamento Mercantil a pagar em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2.724 mil, representando um aumento de R\$ 2.724 mil, visto que em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía saldo. Esse saldo é decorrente do reconhecimento da obrigação com arrendamento mercantil do direito de uso de imóveis alugados, em consonância com a aplicação do CPC 06/ IFRS 16, conforme detalhado no item 10.4 (a) deste Formulário de Referência.

### ***Patrimônio Líquido***

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido era R\$ 22.894 mil, apresentando um aumento de R\$ 15.034 mil relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$ 7.860 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude do lucro líquido apurado no exercício de 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

ATIVO - R\$ milhares, exceto percentuais

CIRCULANTES	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	11.127	53,1%	18.494	78,6%	-39,8%
Contas a receber	4.572	21,8%	564	2,4%	710,6%
Tributos a recuperar	784	3,7%	452	1,9%	73,5%
Outros ativos	124	0,6%	101	0,4%	22,8%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>16.607</b>	<b>79,3%</b>	<b>19.611</b>	<b>83,4%</b>	<b>-15,3%</b>
NÃO CIRCULANTES	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	AH
Valores a receber de partes relacionadas	79	0,4%	-	-	-
Outros valores a receber	1.122	5,4%	1.118	4,8%	0,4%
Imobilizado	2.236	10,7%	1.919	8,2%	16,5%
Intangível	892	4,3%	868	3,7%	2,8%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.329</b>	<b>20,7%</b>	<b>3.905</b>	<b>16,6%</b>	<b>10,9%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>20.936</b>	<b>100,0%</b>	<b>23.516</b>	<b>100,0%</b>	<b>-11,0%</b>

**Caixa e Equivalentes de Caixa (circulante)**

Em 31 de dezembro de 2018, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizavam R\$ 11.127 mil, apresentando uma redução de R\$ 7.367 mil ou 39,8% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$ 18.494 mil. Essa redução decorreu, principalmente, em virtude de desembolsos realizados para investimento na estrutura operacional da Companhia, investimentos de marketing e aquisição paga, investimentos em folha salarial, promoções e méritos, aumento de custos com softwares e servidores.

**Contas a Receber (circulante e não circulante)**

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de Contas a Receber era de R\$ 4.572 mil, apresentando um aumento de R\$ 4.008 mil em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$ 564 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude do aumento das receitas em 2018 e do cenário econômico do momento, que ampliou momentaneamente o prazo de recebimento dos clientes.

**Tributos a recuperar (circulante)**

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de tributos a recuperar era de R\$ 784 mil, apresentando um aumento de R\$ 332 mil ou 73,5% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$ 452 mil. Esse aumento decorreu do reconhecimento de tributos a recuperar relativos à imposto de renda retido na fonte e retenções sobre aplicações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Outros ativos (circulante)***

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de outros ativos era de R\$ 124 mil, apresentando um aumento de R\$ 23 mil ou 22,8% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$ 101 mil. Esse aumento decorreu de adiantamentos a fornecedores.

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ milhares, exceto percentuais**

<b>CIRCULANTES</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
Fornecedores	280	1,3%	348	1,5%	-19,5%
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.609	12,5%	2.139	9,1%	22,0%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	4	0,0%	4	0,0%	0,0%
Cashback	9.064	43,3%	5.072	21,6%	78,7%
Outros passivos	299	1,4%	75	0,3%	298,7%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>12.256</b>	<b>58,5%</b>	<b>7.638</b>	<b>32,5%</b>	<b>60,5%</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
Cashback	820	3,9%	499	2,1%	64,3%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>820</b>	<b>3,9%</b>	<b>499</b>	<b>2,1%</b>	<b>64,3%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>7.860</b>	<b>37,5%</b>	<b>15.379</b>	<b>65,4%</b>	<b>-48,9%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20.936</b>	<b>100,0%</b>	<b>23.516</b>	<b>100,0%</b>	<b>-11,0%</b>

***Fornecedores (circulante)***

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou saldo relativo a Fornecedores de R\$ 280 mil, o que representou uma redução de R\$ 68 mil ou 19,5%, tendo em vista que o saldo em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 348 mil. Esse aumento decorreu de alteração momentânea no prazo de pagamento.

***Obrigações trabalhistas e tributárias (circulante)***

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou saldo relativo à Obrigações trabalhistas e tributária de R\$ 2.609 mil, o que representou um aumento de R\$ 470 mil tendo em vista que o saldo em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 2.139 mil. Esse aumento decorreu de aumento do quadro de colaboradores em virtude de projetos comerciais.

***Cashback (circulante e não circulante)***

O saldo de Cashback em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 9.884 mil, representando um aumento de R\$ 4.313 mil ou 77,4%, visto que em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 5.571 mil. Esse aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da base de usuários e consequentemente ao aumento de transações originadas na plataforma da Companhia, acompanhando um aumento de receita e um aumento de *cashback* gerado por estes usuários.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a provisão de *cashback* em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi reconhecida de acordo com a soma do saldo de *cashback* confirmado acima de R\$ 20,00 de cada usuário. O referido modelo não considerava o histórico de resgates, porém até 31 de dezembro de 2018 a Companhia entendia que este modelo refletia o montante que

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

seria pago aos usuários, de acordo com os termos de uso do programa. Do valor provisionado, o montante solicitado de resgate por parte dos usuários é transferido para *cashback* a pagar, e quitado através de transferência bancária.

### Outros passivos

O saldo de outros passivos em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 299 mil, representando um aumento de R\$ 224 mil ou 298,7%, visto que em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 75 mil. Esse aumento decorreu principalmente de adiantamento recebido de clientes.

### Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Líquido era R\$ 7.860 mil, apresentando uma redução de R\$ 7.519 mil ou 48,9% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$ 15.379 mil. Essa redução decorreu, principalmente, em virtude do prejuízo apurado no exercício, considerando que, no período a Companhia realizava investimentos significativos em equipe, com o intuito de expandir o alcance da plataforma e a base de usuários. A proposta era construir uma base sólida que possibilitasse a geração de lucro nos exercícios seguintes.

### FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao Fluxo de Caixa da Companhia para os períodos indicados:

	Período de seis meses findo em		Exercício social encerrado em		
	30 de junho de		31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
(em milhares de reais)					
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	19.822	1.251	1.962	(6.099)	(13.125)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.982)	(857)	(1.701)	(1.189)	(1.941)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	4.166	(621)	(1.407)	(79)	23.161

### Atividades Operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 19,8 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 em comparação a R\$ 1,3 milhão no mesmo período de 2019, decorrente, principalmente, (i) da melhora nas operações da Companhia ocasionando um aumento de R\$15,4 milhões no resultado antes dos impostos entre o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e o mesmo período do ano anterior; (ii) em virtude de recebimentos de clientes no montante de R\$5,1 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 decorrente de renegociação por parte da Companhia com a redução de prazo de recebimento; parcialmente compensado pelo (iii) aumento no caixa líquido aplicado às operações de *cashback* no valor de R\$3,3 milhões e de R\$1,9 milhão relativo ao pagamento de imposto de renda e contribuição social no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019.

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 2,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em comparação ao caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$ 6,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente, da melhora nas operações da Companhia, demonstrada pelo aumento no lucro líquido ajustado entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e do maior impacto no caixa referente aos gastos com *cashback* entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$ 6,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 13,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente, do resultado da operação da empresa que melhorou, apesar da companhia ter financiado mais os clientes em 2018.

### Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de Investimento totalizou R\$ 7,0 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 em contraposição aos R\$ 0,9 milhão no mesmo período de 2019. Tal consumo de caixa e equivalentes de caixa decorreu principalmente da contratação de aplicações financeiras pela Companhia para servir de garantia a empréstimos tomados. Estes empréstimos foram tomados para capital de giro, juntos às instituições financeiras Banco Santander Brasil S.A e Itaú Unibanco S.A, conforme itens 3.3 e 10.f do presente formulário, respectivamente.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 1,7 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação a R\$ 1,2 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente, dos investimentos em intangível que a companhia fez para expandir suas atividades.

O caixa líquido aplicado nas atividades de Investimento totalizou R\$ 1,2 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em comparação a R\$ 1,9 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente, principalmente dos investimentos em imobilizado que a companhia fez para estruturar suas atividades, que foram mais significativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em função de ter sido o ano no qual a companhia estruturou sua nova sede social à época.

### Atividades de Financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento foi de R\$ 4,2 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 em comparação ao caixa aplicado de R\$ 0,6 milhão no mesmo período de 2019, decorrente, principalmente em virtude da captação de empréstimos.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento somou R\$ 1,4 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, contra R\$ 0,1 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente do pagamento de arrendamentos mercantis pela adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento somou R\$ 0,1 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em comparação ao caixa líquido proveniente das atividades de financiamento de R\$ 23,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, influenciado, principalmente, pelo aumento das reservas de capital ocorrido no exercício de 2017.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

#### (a) resultados das operações da Companhia

##### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A origem das Receitas da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 decorrem das atividades principais da Companhia, de veiculação e divulgação de material publicitário e de intermediação de negócios. Nesse sentido, a Méliuz atua com a divulgação de produtos e serviços de parceiros, mediante o desenvolvimento e exploração de uma plataforma composta por portal/website e um aplicativo mobile ("Plataforma"). As receitas da Méliuz são decorrentes dos valores recebidos dos Parceiros, que podem variar entre valores fixos pela exibição de seus produtos ou serviços ou percentuais sobre as vendas geradas pela plataforma. O *Cashback* pago aos Usuários é considerado um investimento para a Méliuz, na medida em que é em grande parte responsável pelo grande fluxo de Usuários – ao mesmo tempo, os valores pagos como *Cashback* são tratados como uma despesa para a Méliuz.

##### (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que respaldaram os Resultados Operacionais representam o crescimento do número de usuários e o constante desenvolvimento e aprimoramento da plataforma e suas funcionalidades. As receitas da Companhia são diretamente relacionadas ao tráfego e às compras realizadas pelos usuários dos parceiros comerciais da Companhia. Portanto, uma base maior de usuários tende a levar, naturalmente, a um tráfego maior e a uma geração de vendas maior.

##### (iii) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As Receitas de Vendas podem ser impactadas por queda no consumo por parte dos usuários, assim como pelo surgimento de novos concorrentes no mercado. Em virtude de tal fato, caso o nível de consumo por parte dos usuários e/ou dos parceiros comerciais da Companhia sofra redução em virtude de condições macroeconômicas gerais, como por exemplo, variação nas taxas de juros, aumento da taxa de inflação, e variações da taxa de câmbio, as receitas de vendas da Companhia poderão ser impactadas.

#### (c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Considerando o exposto acima, caso haja aumento da taxa de inflação, bem como variações da taxa de juros e da taxa de câmbio que promovam uma queda significativa do consumo no País, levando os nossos usuários e parceiros comerciais a reduzir o consumo de forma geral, incluindo com relação ao consumo dos produtos e serviços da Companhia, as receitas da Companhia poderão ser significativamente impactadas.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

**(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável, uma vez que não houve introdução ou alienação de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

**(c) eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4. Os Diretores devem comentar:

#### (a) mudanças significativas nas práticas contábeis

##### ***Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019***

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

##### ***IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil***

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia efetuou a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotou as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Dentre as formas de adoção previstas na norma, a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentará informações e saldos em base comparativa.

A Companhia efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) com base nos seguintes contratos afetados: arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa e centro de engenharia e desenvolvimento.

A Companhia considerou o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial, sendo os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 apresentado a seguir:

(valores expressos em R\$ mil)	<u>01/01/2019</u>
Ativo - Direito de uso	4.088
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(4.088)

##### ***Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020***

Com a emissão do referido Ofício e elucidação de alguns pontos controversos relacionados à adoção da nova norma, a Companhia revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros brutos dos potenciais créditos de PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros incremental nominal. Essa metodologia está de acordo com o CPC06 (R2) /IFRS16.

Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases*****IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro***

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação entrou em vigor para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a interpretação a partir desta data e analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias e, portanto, nenhum efeito relevante foi identificado em decorrência da adoção deste pronunciamento.

***Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019:***

Outros pronunciamentos técnicos foram revisados, porém sem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia

***Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018***

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

***IFRS 15/ CPC 47 (Receita de contratos com clientes)***

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida à medida em que uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A entidade deve reconhecer a receita somente quando for provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Este novo pronunciamento substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras, uma vez que, as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de descontos comerciais, bonificações concedidas e outras deduções similares. Adicionalmente, não foram identificados impactos decorrentes de possível

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

alteração do momento de reconhecimento da receita, dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na aferição do benefício do próprio serviço.

### *IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros*

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	<b>IAS 39/CPC 38</b>	<b>IFRS 9/CPC 48</b>
<b>Ativos Financeiros</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (1)	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Operações com arrendamento mercantil (2)	N/A	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a Receber de Partes Relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Operações com arrendamento mercantil a pagar (2)	N/A	Custo amortizado
Valores a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Cashback a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado

(1) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos;

(2) Ativos e passivos financeiros classificados após a adoção da norma IFRS 16

### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas na realização dos créditos, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Este modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. Essa alteração trazida pela norma não surtiu efeitos para a Companhia.

### *Desreconhecimento (ativo financeiro)*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia mantiver. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor.

***Desreconhecimento (passivo financeiro)***

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

**(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Vide item (a) acima.

**(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os Diretores da Companhia informam que o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 possui o parágrafo de ênfase abaixo:

**“Reapresentação das demonstrações contábeis**

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.7 às demonstrações contábeis, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a apresentação da demonstração do resultado por natureza, inclusão da demonstração do valor adicionado e do lucro (prejuízo) por ação, aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas para atender aos requisitos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM quanto a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais e relatório financeiro (IFRS), bem como para a correção de erros identificados, como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em 30 de junho de 2020 emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações contábeis da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.”

***Comentários da Administração***

Os Diretores da Companhia esclarecem que as demonstrações contábeis históricas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram originalmente emitidas em 30 de junho de 2020 (“DFs Históricas 2019”). Não obstante tal fato, em virtude da apresentação de pedido de

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

registro da Companhia como companhia aberta na categoria "A" ("Pedido de Registro de Companhia Aberta") perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), a Administração da Companhia entendeu importante aprimorar as referidas demonstrações contábeis, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada e demais normas aplicáveis às companhias abertas.

Dessa forma, a Companhia reapresentou em 31 de agosto de 2020 as suas demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 ("DFs Registro 2019"). Para fins de comparabilidade, foram também reapresentadas no mesmo caderno de tais DFs Registro 2019, as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As demonstrações contábeis acima destacadas foram reemitidas com o objetivo de (i) atender às regras contábeis aplicáveis especialmente às companhias abertas, conforme normas emitidas pela CVM; (ii) corrigir determinadas incorreções; (iii) reclassificar determinados valores para aprimorar a comparabilidade e compreensão da situação financeira da Companhia.

Os Diretores da Companhia entendem que as DFs Registro 2019 refletem adequadamente a estrutura patrimonial em tal data.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Para informações sobre pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez às Demonstrações Financeiras vide o item 10.4 acima.

Seguem abaixo os comentários sobre as principais políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia.

#### a) *Intangível*

A Administração considera que a tecnologia e inovação são fatores de extrema importância para as atividades da Companhia. Nesse sentido, além da aquisição e contratação de softwares e outros intangíveis de terceiros, a Companhia também investe significativamente no aprimoramento e desenvolvimento de incrementos tecnológicos para seus produtos e *backoffice*.

A política contábil aplicada pela Administração com relação aos investimentos realizados pela Companhia no desenvolvimento de tecnologias é considerada como crítica, na medida em que pode implicar em alterações significativas nas demonstrações financeiras, especialmente com relação ao patrimônio líquido. Dessa forma, a política da Companhia para avaliar se determinados valores destinados ao desenvolvimento de tecnologias devem se tornar parte do ativo, como ativos desenvolvidos internamente, ou devem ser tratados como despesas do exercício.

Nessa linha, os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as condições previstas no CPC 04 (IAS 38) sobre ativo intangível.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

No que se refere aos ativos adquiridos de terceiros, estes são representados pelos montantes pagos na aquisição do intangível, mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil, seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de amortização são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é reconhecido prospectivamente.

Em virtude de o acima exposto, os Diretores da Companhia entendem ser a política contábil acima descrita, considerada como crítica, por ter o condão de trazer reflexos significativos nas demonstrações financeiras, dada à sua relevância aos negócios da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### b) *Provisão para cashback*

Por se tratar de um dos principais pontos relacionados às atividades da Companhia, o tratamento contábil conferido ao reconhecimento do *cashback* a ser pago aos seus Usuários é uma política contábil crítica da Companhia.

Para que fosse estimado o montante de *cashback* que deveria ser provisionado como possível desembolso, a Companhia desenvolveu um método de mensuração, baseado em estatística descritiva sobre o perfil de resgate médio do usuário, considerando dados históricos, e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. O modelo considera todo o histórico de *cashback* confirmado para os usuários agrupando-os em cohorts mensais por data de confirmação e avaliando-se o percentual resgatado nos meses subsequentes.

O custo com *cashback* representa o montante que a Companhia entende que será pago em algum momento aos usuários que tiveram saldo de *cashback* confirmado no período, de acordo com os termos de uso do programa de *cashback*, e a partir de modelos de regressão utilizando estatísticas descritivas e dados históricos. Do valor provisionado, o montante solicitado de resgate por parte dos usuários é transferido para *cashback* a pagar, e quitado através de transferência bancária.

A Companhia revisa os modelos de provisão periodicamente com base nas melhores estimativas do negócio e com os dados mais recentes de perfis de resgate.

Em virtude de o acima exposto, os Diretores da Companhia entendem ser a política contábil acima descrita, considerada como crítica, por ter o condão de trazer reflexos significativos nas demonstrações financeiras, dada à sua relevância aos negócios da Companhia.

### (c) *Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido*

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A Companhia constitui Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A Administração considera que uma alteração nessa política pode impactar de forma significativa as demonstrações financeiras.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço. Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### c) *Reconhecimento da receita de serviços*

A Administração da Companhia entende que a política contábil aplicável ao reconhecimento da receita dos serviços prestados é crítica, na medida em que sua alteração pode trazer reflexos significativos nas demonstrações financeiras.

De forma geral, para os negócios da Companhia de Marketplace, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Os contratos com clientes são por tempo indeterminado, em sua maioria não possuem multa rescisória, entretanto contêm aviso prévio em média de trinta dias para rescisão.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

A receita é oriunda de veiculações de espaços publicitários do portal e remuneração, entendida por comissões, que são mensuradas através de cliques em links dos parceiros constantes no site da companhia na internet e em seu aplicativo para smartphones, convertidos em vendas pelos parceiros. As comissões acordadas, em sua quase totalidade, têm caráter variável de acordos com campanhas. A Companhia entende que a obrigação de performance é satisfeita no momento que o cliente confirmar que os serviços prestados são convertidos em vendas.

Após a quantificação criteriosa do passivo da Companhia, relativo ao trabalho de retificação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais, a Companhia identificou seus contratos e os respectivos serviços transferidos, separou suas obrigações a cumprir, determinou e alocou os preços das transações, reconhecendo a receita apenas quando todos os critérios acima são atendidos.

A receita líquida da companhia é apurada pelo total de comissionamento e espaço de veiculação de materiais publicitários recebidos, diminuído dos impostos sobre vendas de serviços ISSQN, PIS e COFINS.

***(d) Impairment***

A Companhia analisa periodicamente seus ativos intangíveis com a finalidade de assegurar que o valor contábil líquido dos ativos não esteja superior ao seu valor recuperável. Com base no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo, e na IAS 36 – *Impairment of Assets*, são verificados todos os indicadores para identificar o valor recuperável dos ativos, tais como: diminuição significativa do preço de mercado, mudança significativa relativa ao ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, alterações nas taxas de mercado com reflexo na taxa de desconto utilizada para definição do valor justo, baixa rentabilidade, evidência de obsolescência e gastos com manutenção acima do esperado. Também são verificados fluxos de caixa dos ativos para a verificação de possíveis problemas na recuperação destes valores por meio das atividades operacionais normais da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como:**

**(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

**(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos,**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

**(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

**(iv) contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

**(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.



**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### (a) Investimentos

#### (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Salvo pelo abaixo descrito, os Diretores da Companhia informam que a Companhia não tem, atualmente, em seu portfólio, investimentos em andamento ou previstos relevantes.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia protocolou perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), o pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de sua emissão ("Oferta"), o qual foi deferido em 04 de novembro de 2020. A Companhia pretende utilizar os recursos da tranche primária da Oferta ("Oferta Primária") para (i) ampliar a participação da Companhia nos mercados em que já atua: marketplace e serviços financeiros e (ii) para potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas, na proporção aproximada de alocação de 50% do montante total dos recursos líquidos a serem captados na Oferta Primária. O montante da Oferta Primária será apurado após a conclusão do Procedimento e *Bookbuilding* e transcurso do prazo de exercício da opção de ações suplementares.

Os Diretores da Companhia esclarecem, adicionalmente que, a destinação dos recursos da Oferta Primária será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas pela Companhia, além de outros fatores que não se pode antecipar (e.g., como resultado da pandemia COVID-19). Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular dos negócios da Companhia, os recursos líquidos captados na Oferta Primária poderão ser investidos em aplicações financeiras que a administração da Companhia acredita estarem dentro da sua política de investimento, visando a preservação do capital e investimentos da Companhia com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos a seguinte ordem prioritária de alocação: (i) ampliação da participação da Companhia nos mercados em que já atua: marketplace e serviços financeiros e (ii) potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas, conforme disposto na tabela acima. Na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

#### (ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente capitalizações efetuadas pelos acionistas e recursos provenientes de seu fluxo de caixa.

#### (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes da Companhia em andamento ou previstos.

### (b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

### (c) Novos produtos e serviços

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia considera para os fins de investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços somente as intervenções que forem gerar melhorias, aperfeiçoamentos, novas funcionalidades ou características, com potencial claro de resultar em ganho de qualidade, produtividade ou competitividade. Devido ao mercado em que se encontra inserida, o acompanhamento, desenvolvimento adesão a novos produtos e serviços é fundamental e indispensável para as atividades da Companhia. No cenário de elevada competitividade nas áreas de atuação da Méliuz, os incrementos tecnológicos são, ao final, os responsáveis pela fidelização dos Usuários e geração de vendas para os clientes. Na mesma linha, as parcerias comerciais referentes a novos negócios, tais como as celebradas com sofisticados participantes do mercado financeiro e com fintechs, dependem praticamente da identificação, por parte desses parceiros, de um diferencial inovador da Companhia. Esse diferencial inovador se mostra basicamente em duas frentes: (i) tecnologia de ponta no *backoffice*, para suportar e executar as transações envolvidas na parceria com eficiência e confiabilidade; e (ii) conhecimento profundo do comportamento dos grupos de seus usuários.

Nesse contexto, em março de 2019, a Companhia, o Banco PAN e a Mastercard se uniram para lançar um cartão de crédito que devolverá ao consumidor, em dinheiro, de até 1,8% do valor gasto em cada compra. Como a quantia é cumulativa com o *cashback* já oferecido pelas lojas parceiras da Companhia, a recompensa para o consumidor pode chegar a 50%. Com foco em oferecer benefícios diferenciados aos usuários, o acordo foi firmado pela experiência de crédito do PAN e do programa de recompensas oferecido pela Companhia. O lançamento faz parte da estratégia da Companhia de investir mais em inovação, tecnologia e praticidade para os seus usuários.

### (i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, pois não há pesquisas específicas em andamento que já tenham sido divulgadas.

### (ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há registro de investimentos em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços no período.

### (iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, pois não houve registro de investimentos em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços no exercício social corrente.

### (iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, foram investidos pela Companhia R\$ 102 mil em desenvolvimento de novos produtos e serviços (ativo intangível). O novo produto desenvolvido no período foi o website de conteúdo financeiro [idinheiro.com.br](http://idinheiro.com.br). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não foram registrados investimentos no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

### 10.9 - Outros fatores com influência relevante

#### **Impactos do COVID-19**

A Companhia continua acompanhando de perto os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação. Do ponto de vista do negócio de *marketplace* as categorias de Viagem e Turismo foram fortemente impactadas apresentando reduções nos volumes de comissionamento de mais de 90%. Além disso, algumas parcerias com lojas físicas também foram suspensas em decorrência da pandemia e das restrições impostas durante a quarentena.

Por outro lado, com os novos hábitos de consumo *online* impulsionados pela quarentena pudemos ver a aceleração da migração do consumo *offline* para o *online*, contribuindo para o crescimento da base de usuários e incremento dos gastos destes em diversos segmentos do *marketplace*.

Esta conjuntura de forma combinada culminou na Companhia apresentando um crescimento de 61% na receita líquida da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019.

É importante reforçar que parte significativa do modelo de negócio da Méliuz se concentra na remuneração por performance para lojas que vendem *online*. Neste momento, nos tornamos ainda mais importantes para os parceiros atuais e novas lojas que precisem migrar e impulsionar suas vendas nos canais digitais. Neste contexto, as lojas têm procurado a Méliuz para realização de campanhas, o que contempla divulgação em nossos canais, aumento de comissões e *cashback* para os usuários.

Destacamos a seguir as principais análises e ações da Companhia relativas ao COVID-19:

- Foram testados cenários frente a incertezas do COVID-19, e considerando tais cenários, a Administração da Companhia não identificou dificuldades e restrições decorrentes de tais cenários que poderiam impactar a implementação do seu plano de negócios e cumprir com as suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.
- A Administração da Companhia avaliou também que poucos parceiros pediram prolongamento de prazo nos pagamentos até o momento, sendo estes poucos, principalmente parceiros com operação exclusivamente em lojas físicas, os quais representam menos de 5% do faturamento da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.
- A Administração da Companhia também identificou que não houve até o momento nenhuma alteração ou incremento anormal na taxa de inadimplência ou atrasos de pagamentos que impactassem de forma material o fluxo de caixa e a posição de caixa da Companhia.
- Em virtude da pandemia, 100% do time Méliuz passou a trabalhar no modelo de teletrabalho, o que promoveu a redução de algumas linhas de custo da Companhia como: aluguel, transporte e viagens que deixaram de ser realizadas. Inclusive, por este motivo, em 30 de junho de 2020 foi encerrado o contrato de arrendamento mercantil com a empresa que locava a sede da matriz da Companhia.
- Quanto ao produto Cartão de Crédito Méliuz, a Administração da Companhia verificou que o volume de emissão de cartões continuou crescendo no período, sendo a aprovação e risco de crédito da operação de responsabilidade do banco parceiro na emissão do cartão, qual seja, o Banco PAN.
- Por fim, os Diretores esclarecem que o empréstimo acima destacado foi celebrado considerando a oportunidade de contratar capital de terceiros a taxas atrativas, dado o cenário de taxa de juros básica da economia em seus níveis históricos mais baixos, bem como a possibilidade de reforçar a estrutura de capital da Companhia, tendo em vista as incertezas econômicas advindas da pandemia do COVID-19.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Salvo pelo disposto acima, até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que pudéssemos realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto do COVID-19 em nossos negócios, além das ponderações realizadas neste item 10.9, bem como nos itens 3.9 e 4.1 deste Formulário de Referência. Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando nossos negócios.